

Recursos Alternativos para Alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Superior

Área Temática: Educação

Myllena Carvalho¹, Celma Regina Borghi Rodriguero², Willian Gustavo da Silva Souza³, Danilo Cerqueira Romano⁴, Iverson Augusto de Paula⁵, Maynara Helena Flores Martins⁶

1 Aluna do Curso de Eng^a de Produção, bolsista PIBIS/FA-UEM. myllenacarvalho@gmail.com

2 Professora do Depto de Teoria e Prática da Educação-DTP/UEM. crbrodriguero@uem.br

3 Aluno do Curso de Eng^a de Produção, bolsista PIBIS/FA-UEM willian_g_s_s@hotmail.com

4 Aluno do Curso de Ciências da Computação. danielocerqueira@gamil.com

5 Aluno do Curso Artes Cênicas. iversonnai@hotmail.com

6 Aluna de Pós-Graduação em Pedagogia-PPI/UEM. maynara.flores@hotmail.com

Resumo. *O projeto Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior, tem como objetivo realizar estudos e ações voltadas à produção e adaptação de recursos didáticos, visando contribuir com a acessibilidade didático-pedagógica de acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá, que apresentam necessidades educacionais especiais/NEE. Como atividades realizadas pelos participantes, destacamos: digitalização de textos para leitura em tela; impressão de textos e avaliações acadêmicas em braile e fonte ampliada; produção de materiais didáticos com imagens em relevo; aulas de inglês para acadêmicos atendidos pelo Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais/PROPAAE; além de apoio e orientação para o uso dos materiais produzidos. Como resultados, em 2018, foram atendidos 22 alunos da graduação, distribuídos em 15 diferentes cursos oferecidos pela UEM e dois alunos da pós-graduação, para os quais o projeto possibilitou recursos de acessibilidade.*

Palavras-chave: produção de materiais, mediação humana, deficiência.

1. Introdução

O processo de inclusão no ensino superior, como nos demais âmbitos, tem se colocado como um grande desafio, tendo em vista as condições objetivas que, ao incluir, excluem. Nas duas últimas décadas, as políticas públicas voltando-se para uma perspectiva inclusiva no tocante à educação, asseguraram no plano legal, a acessibilidade do aluno com deficiência nos diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior.

Dentre outros documentos e políticas públicas, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), pode

ser considerado um marco nesse cenário e é, justamente neste cenário, que o projeto de Extensão “Recursos alternativos para alunos com deficiência e NEE no ensino superior”, busca promover caminhos didático-pedagógicos, por meio de recursos especiais, conforme sugere Góes (2002). Para tanto, o projeto ampara-se na legislação vigente comprometendo-se com a promoção da acessibilidade para os estudantes da Universidade Estadual de Maringá (UEM), que apresentam alguma deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais.

Entende-se que a universidade deve oportunizar caminhos para a superação de barreiras que inviabilizem ou dificultem o acesso dos diferentes estudantes da graduação e da pós-graduação ao conhecimento científico, assim como proporcionar condições não apenas de ingresso, mas de permanência com qualidade e terminalidade dos estudos aos mesmos.

2. Fundamentos teóricos

A da concepção de Vigotsky (2003) a respeito do desenvolvimento humano, destaca a mediação entre os homens como condição para a aprendizagem e, conseqüentemente, para a formação das funções complexas de pensamento, funções essas que diferenciam o homem dos animais. Pela linguagem, entendida como mediação simbólica entre os homens e a realidade, e pelos instrumentos técnicos, entendidos como mediação direta entre os primeiros e o mundo, cada novo membro da espécie pode apropriar-se do conhecimento construído pela humanidade no decorrer da história, o que lhe possibilitará viver plenamente em seu tempo. No entanto, beneficiar-se ou não dos elementos da cultura humana, está na dependência das condições reais que cada homem dispõe em seu tempo histórico e contexto social, como afirma Leontiev (2003).

Para a Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 2011) as leis gerais do desenvolvimento, no que se refere aos processos de apropriação do conhecimento e, conseqüente desenvolvimento das funções complexas do pensamento, são as mesmas para todos os sujeitos. No entanto, faz-se necessário considerar as peculiaridades na organização sociopsicológica da pessoa com deficiência, compreendendo que seu desenvolvimento e aprendizagem podem requerer caminhos alternativos e recursos diferenciados para efetivação. Frente à deficiência é preciso considerar e criar formas culturais específicas que permitam a apropriação do conhecimento, o que implica o uso de recursos especiais, conforme assevera Góes (2002).

O sujeito em condição de desenvolvimento diferenciado, como no caso de uma deficiência ou NEE, necessita de mecanismos compensatórios, que promovam a superação social da condição orgânica. Compreendendo-se a deficiência ou a dificuldade como combustível para a compensação, é preciso compreender que este processo não ocorre de forma espontânea. A compensação, ao contrário, dependerá mais das condições concretas, oferecidas pelo grupo social, sendo que essas condições podem tanto ser adequadas, levando à superação da condição, quanto ser insuficientes. Portanto, a compensação efetiva-se na criação de estratégias alternativas que conduzam ao desenvolvimento, constituindo, vias colaterais de apropriação, a exemplo do emprego de meios sensoriais não comprometidos e recursos materiais, curriculares e metodológicos adaptados.

Entende-se que sob uma perspectiva que considera o desenvolvimento humano

proveniente das condições culturais concretas do indivíduo, a mediação oportunizada a acadêmicos com deficiência e NEE passa, necessariamente, pela disponibilização de técnicas, estratégias e recursos pedagógicos especiais, adaptados às necessidades específicas de cada aluno e às suas condições de aprendizagem.

3. Desenvolvimento

O projeto de extensão em questão está lotado no Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP) e efetiva-se no Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (PROPÆ). O Propæ é um programa que atende pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais na UEM. Foi criado em 1994, por professores de diferentes áreas, envolvidos com a luta pelos direitos das pessoas com deficiência à educação com qualidade (UEM, 1994). Neste sentido, realiza ações buscando viabilizar a permanência e a terminalidade de estudos aos acadêmicos da UEM, que apresentam NEE permanentes ou temporárias, referentes à locomoção, coordenação motora, visão, audição, interação social e comunicação recíproca, dentre outras que demandem a adaptação de recursos e métodos e a criação de estratégias específicas.

No referido projeto busca-se a adequação de aparatos culturais e a sensibilização da comunidade, a fim de minimizar barreiras físicas, culturais e atitudinais. Conforme proposta inicial, o projeto está voltado ao desenvolvimento de ações relacionadas à acessibilidade. Para isso, a equipe estuda, planeja e executa recursos didáticos, visando favorecer a aprendizagem de acadêmicos em condições de deficiência e NEE. No ano 2018, as atividades consistiram em: impressões em Braille; impressões em fonte ampliada; textos digitalizados em formato acessível a acadêmicos com cegueira e baixa visão; aulas de inglês para acadêmicos atendidos no PROPÆ; acompanhamento de acadêmicos atendidos quando da realização de avaliações no espaço do PROPÆ; remoção de barreiras físicas e atitudinais, promovendo assim, a ampliação do acesso e permanência desses, além da intervenção em situações de deficiência e NEE.

Dentre os resultados, destacamos que o projeto continua oportunizando o acesso a recursos tais como materiais impressos em Braille, digitalizados em formato acessível a alunos com dificuldades relacionadas à visão, remoção de barreiras físicas e atitudinais a partir da mediação e convivência com o diferente, ampliação do acesso dos acadêmicos atendidos à língua estrangeira, e aproximação com a comunidade interna e externa por meio de palestras e rodas de conversa. Destacamos nesse sentido que no último ano, foram atendidos 22 alunos da graduação e dois da pós-graduação, para os quais o projeto possibilitou os recursos de acessibilidade.

4. Considerações finais

A inclusão escolar coloca-se como um processo necessário, por meio do qual as instituições de ensino, nos diferentes níveis devem organizar-se visando o atendimento à pessoa com deficiência e NEE, com o intuito de minimizar barreiras físicas e atitudinais. No ensino superior, essa tarefa envolve possibilitar não apenas o ingresso, mas a permanência e a conclusão da formação acadêmica. Nesse sentido, o projeto

Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior tem alcançado os objetivos para os quais foi criado, uma vez que tem oportunizado a sensibilização de alunos da graduação e da pós-graduação, para as necessidades especiais de aprendizagem dos acadêmicos em situação de deficiência e NEE da UEM, além de proporcionar a criação de vínculos com a comunidade interna e externa por meio da prestação de serviço e realização de eventos e palestras.

Pensar em inclusão submete a sociedade a uma situação de autoanálise, no que se refere aos empecilhos criados e/ou acentuados pela própria organização social, favorecendo a conscientização, e requerendo por meio desta, as adequações necessárias visando proporcionar condições de participação social a todo cidadão. Para além das atividades citadas, a prática social do projeto tem proporcionado aos envolvidos o contato direto com a diversidade, oportunizando a criação e manutenção de vínculos e favorecendo o desenvolvimento de sentimentos empáticos e solidários.

5. Referências

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1, n. 127.

GÓES, M. C. R. Relações entre desenvolvimento humano, deficiência e educação: contribuições da abordagem histórico-cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 95-114.

LEONTIEV, A. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 59-76.

UEM. Universidade Estadual de Maringá (1994). **Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade/Propae** (Portaria n. 1.533/94-GRE). Maringá, PR.

VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: LURIA, A. R.; LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. et al. **Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento**. São Paulo: Centauro, 2003, p. 1-18.

VYGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. São Paulo, v. 37, n. 4, p. 863-869, Dez., 2011.